



“CAFÉ COM POLÍTICA” COMO INSTRUMENTO DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA DA CIÊNCIA: A IMPORTÂNCIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS PARA A EDUCAÇÃO CIDADÃ

**“CAFÉ COM POLÍTICA” AS AN INSTRUMENT OF PUBLIC COMMUNICATION OF SCIENCE:
THE CENTRALITY OF SOCIAL SCIENCES IN EDUCATION FOR CITIZENSHIP**

Camila Risso¹

Iasmin Batista Fernandes²

Janaina Nunes Rezende²

Lauene Pimentel²

Luana Fernandes²

Maria Eduarda Monteiro Silva²

Maria Fernanda Lino Vinhal²

Mateus Oliveira²

Matheus Carlet Jorge²

Matheus Henrique Pereira da Silva²

Náttaly Nunes²

Nayara Francesquine²

Tacielle Oliveira Cruz²

Thaila Rodrigues Luz²

Tayna Rodrigues de Almeida Pires²

RESUMO

Este artigo discute os espaços educacionais e as estratégias para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão na Universidade, como forma de comunicação pública da ciência e estímulo ao debate de temas relevantes para a sociedade brasileira. O objetivo é compreender a extensão universitária e a comunicação pública da ciência (CPC) como instrumentos cruciais para a realização das propostas constitucionais para a educação, para o combate à

¹ Docente do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia. Tutora do PET Ciências Sociais. <https://orcid.org/0000-0003-1054-9753>. camilarisso@ufu.br

² Graduandos e graduandas do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia. Integrantes do PET Ciências Sociais. petcienciassociaisufu@gmail.com



desinformação e a defesa das instituições democráticas. O trabalho busca refletir sobre a importância do Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) numa perspectiva de educação para a cidadania. Para tal propósito, utiliza-se do relato de experiência do projeto “Café com Política”. A partir da descrição de edições marcantes do evento, intenta-se avaliar como a articulação entre ensino, pesquisa e extensão pode promover espaços efetivos de diálogo aberto e acessível. Além disso, a partir dos resultados, conclui-se que o projeto pode ser uma oportunidade de acesso ao conhecimento científico produzido na Universidade pública, além de ser um momento no qual a “ciência” está aberta para ouvir a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino, Pesquisa e Extensão; Comunicação Pública da Ciência; Educação para cidadania; PET Ciências Sociais; UFU.

ABSTRACT

This article aims to discuss educational spaces and strategies for the development of teaching, research, and extension within the university as forms of public communication of science and as stimuli for debate on issues relevant to Brazilian society. The objective is to understand university extension and Public Communication of Science (PCS) as crucial instruments for fulfilling constitutional mandates for education, combating disinformation, and defending democratic institutions. The article seeks to reflect on the importance of the Tutorial Education Program (PET) of the Social Sciences course at the Federal University of Uberlândia (UFU) from the perspective of education for citizenship. To this end, it draws on the experience report of the Café com Política (Coffee with Politics) project. Based on the description of several notable editions of this project, the intention is to evaluate how the articulation among teaching, research, and extension can promote effective spaces for open and accessible dialogue. Furthermore, the project aims to provide opportunities for access to scientific knowledge produced in the public university, as well as to create moments in which “science” is open to listening to society.

KEYWORDS: Teaching, Research, and Extension; Public Communication of Science; Education for Citizenship; Tutorial Education Program (PET) in Social Sciences; Federal University of Uberlândia (UFU).



INTRODUÇÃO

A universidade pública, no Brasil redemocratizado, desempenha papel crucial na construção de um projeto de sociedade e na defesa das instituições e dos valores democráticos. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão foi estabelecida pela Constituição Federal de 1988, tornando-se um pilar fundamental na intenção de superar o modelo universitário elitista e tecnicista promovido pela ditadura militar a partir da reforma universitária de 1968 (Martins, 2009).

O debate sobre educação superior no Brasil, especialmente a educação pública, tem a intenção de consolidar uma instituição comprometida com práticas democráticas visando à produção de um conhecimento crítico, qualificado e socialmente referenciado. Contudo, esse projeto enfrenta desafios estruturais que derivam, sobretudo, da influência de racionalidades neoliberais cujo objetivo é reconfigurar o campo educacional público, subordinando-o a critérios de eficiência mercadológica, competitividade e produtivismo (Brown, 2015; 2019; Dardot; Laval, 2017). Nesse contexto, torna-se imperativo problematizar os efeitos dessas disputas sobre a função social da educação e sobre a construção de um ambiente formativo efetivamente democrático e inclusivo.

É nesse contexto que a obrigatoriedade da curricularização da extensão, estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e regulamentada pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, vem sendo discutida. Esta diretriz pretende ser uma alternativa para enfrentar o desafio da superação do atual cenário fragmentado da extensão, superando a lógica da “prestação de serviço” para uma integração horizontal com a comunidade externa. Dessa forma, a Comunicação Pública da Ciência (CPC) apresenta-se como um referencial teórico e prático relevante pois, diferentemente das estratégias mais tradicionais de propagação do conhecimento científico, tem por propósito funcionar como uma ferramenta de combate à desinformação ao estabelecer que a sociedade é parte integrante, atuante e necessária na construção do conhecimento.

Para as Ciências Sociais, cujo objeto de estudo é a própria sociedade, essa articulação entre ensino, pesquisa, extensão e comunicação pública da ciência é urgente para superar o paradigma de uma ciência elitizada, supostamente neutra e objetiva, herdeira do positivismo tanto em sua postura epistemológica quanto constitutiva de uma ideologia da ciência (Bezerra, 1978).



Nesse viés, este artigo tem como objetivo refletir sobre os espaços em que a extensão universitária e a Comunicação Pública da Ciência podem se desenvolver. Pretende-se fazer isso analisando criticamente a experiência do projeto “Café com Política” desenvolvido pelo Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o grupo desenvolve ações cujo principal interesse é promover o diálogo qualificado, porém em horizontalidade, com especialistas em temas considerados relevantes, integrantes da academia ou não, juntamente com pessoas interessadas no tema a partir de qualquer perspectiva.

A discussão proposta é uma reflexão sobre essa iniciativa e se ela pode materializar o anseio pela promoção de um debate qualificado sobre direitos e cidadania e a ideia de uma universidade socialmente referenciada. Para isso, além dessa introdução, o artigo conta com uma primeira seção dedicada a discutir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a importância da comunicação pública da ciência, da curricularização da extensão e do PET para a construção de uma educação para a cidadania. A segunda seção traz um relato de experiência a partir de algumas edições do projeto “Café com Política”. Por fim, as considerações finais constituem um espaço de ponderações críticas sobre o projeto e sobre suas possibilidades de representar uma prática extensionista articulada com os valores defendidos neste artigo.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E COMUNICAÇÃO PÚBLICA DA CIÊNCIA

Ensino, pesquisa e extensão

A universidade pública é sustentada pelo tripé ensino, pesquisa e extensão. A indissociabilidade entre esses três campos, conforme foi pensada na constituinte, estabelece um paradigma não só para as universidades, mas também representativo de todo um projeto de democratização da sociedade depois de mais de 20 anos de ditadura militar. A proposta da universidade pública depois da redemocratização entendia que as instituições de ensino tinham um papel na construção de uma sociedade democrática.

Podemos dizer que, classicamente, o papel da universidade estava atrelado à produção e transmissão do saber com marcas de classe bem estabelecidas. Mesmo nas universidades europeias a integração entre o ensino e pesquisa remonta ao século XIX,



a marca de um saber produzido pela e para a elite permanece. O modelo de ensino e de universidade implantado no Brasil foi, em sua origem, também fragmentado e com vistas a perpetuação de interesses das classes dominantes.

Na América Latina, a discussão sobre o compromisso social da universidade tem como marco fundamental o Manifesto de Córdoba, de 1918, no qual a incorporação da extensão entre as funções precípua da universidade faz transparecer um projeto inicial de uma universidade socialmente referenciada.

No Brasil, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, traduzia a visão de um segmento da elite intelectual que, embora tivesse representantes de diferentes posições ideológicas, tinha como propósito colocar no horizonte educacional brasileiro a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira. O manifesto foi redigido por Fernando de Azevedo e foi assinado por 26 intelectuais, entre os quais Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima e Cecília Meireles.

Os debates da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil, promulgada em 1961, consubstanciaram-se como a primeira oportunidade de inserção, de fato, no arcabouço institucional brasileiro, de uma discussão sobre democratização da educação e do papel desta na construção da democracia em si. Neste momento, o embate entre o público e o privado, no debate sobre a educação nacional já estava estabelecido.

Na defesa da educação pública e da extensão como instrumento fundamental de articulação de um projeto transformador de universidade, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o movimento estudantil tiveram papel preponderante com iniciativas de extensão universitária como o Centro Popular de Cultura, o Movimento de Educação de Base, o De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, entre outros.

Esse projeto incipiente de uma universidade socialmente engajada na transformação estrutural da sociedade foi desmantelado pela Ditadura Militar. Um dos marcos desse retrocesso foi a Reforma Universitária de 1968, que coloca a pesquisa, sua regulamentação e estrutura de financiamento apenas na pós-graduação. Infelizmente, na prática, a universidade ainda reproduz as dinâmicas estabelecidas por essa primeira regulamentação. Outra herança desse processo tem a ver com um enfoque tecnicista, reforçando ideias de racionalidade, eficiência e produtividade.

Com o fim da Ditadura Militar e a redemocratização do Estado, nos anos 1980, foi retomada a discussão sobre a universidade pública, sua própria democratização e



seu papel no processo de democratização da sociedade, visando pensar a universidade como uma instituição a serviço da sociedade.

Na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), o tema da educação concentrou debates fundamentais. No texto constitucional, a Educação está no Título VIII, Da Ordem Social, no Capítulo III, Da Educação, da Cultura e do Desporto e na Seção I, da Educação, compreendendo os artigos de 205 a 214. A principal referência à extensão consta no artigo 207 que trata da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão: “Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988).

Uma das mais importantes lideranças do Fórum e dos debates sobre educação na constituinte foi o sociólogo Florestan Fernandes. Ele sintetiza as prioridades do tema da Educação na Constituição em três conjuntos propositivos: 1) assegurar a todas as pessoas igualdade efetiva das oportunidades educacionais como norma imperativa e autoaplicável, o que teria que abranger igualdade (supressão da desigualdade) na sociedade civil, garantindo a educação pública, gratuita e laica como dever do Estado em todos os níveis; 2) conferir à escola a condição de principal "laboratório" da sociedade civil civilizadora, pluralista e democrática, o que envolve a valorização dos trabalhadores da educação, buscando reverter a situação de degradação deliberada e 3) a autoemancipação pedagógica em escala nacional, no escopo do desenvolvimento autônomo, em oposição à lógica dos "pacotes educacionais". Essas proposições foram sintetizadas pelo próprio autor no livro O Desafio Educacional (Fernandes, 1989) que reúne diversos textos que sustentavam os projetos de dispositivos constitucionais apresentados pelo então deputado constituinte.

Essa lógica norteadora da Constituição começa a ser desmontada logo em seguida, com a eleição do governo de Fernando Collor de Mello. Sendo assim, o projeto democratizante e participativo da Constituição de 1988 entra em choque com o projeto neoliberal vencedor nas urnas, que tinha como característica principal a isenção do Estado de seu papel garantidor de direitos. A disputa entre esses projetos políticos distintos foi chamada de confluência perversa por Evelina Dagnino (2004).

Nas discussões sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), promulgada em 1996, o embate entre o público e o privado é retomado. A lógica privatista ganha espaço no processo decisório e a lei permite que instituições privadas não pratiquem a determinação constitucional da indissociabilidade entre o



ensino, a pesquisa e a extensão que se aplica às universidades públicas. Esses e outros embates demonstram que forças antagônicas têm projetos de educação em disputa. A educação voltada apenas para o mercado e formação de mão de obra destinada a atender as necessidades deste e uma educação direcionada para a cidadania e socialmente referenciada como estabelece a Constituição em seu artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

Esta disputa permanece e está no interior da universidade pública. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão encontra seu elo mais fraco justamente nessa última. O setor da universidade que a conecta com a sociedade é representativo do conjunto de contradições que permeiam qualquer contexto social.

Discutir extensão, portanto, implica discutirmos o papel social da universidade, e pensarmos se o espaço, as práticas e a lógica do conhecimento produzido na universidade são, de fato, socialmente referenciadas. Esse conhecimento é produzido para quem? Além disso, é indispensável refletir se este possibilita incluir, formar para a cidadania ou continua reproduzindo, nas instituições de ensino superior, a lógica neoliberal, da acumulação, do individualismo, da meritocracia? Pensar a extensão é pensar um espaço privilegiado onde se pode refletir sobre essas questões e nos colocarmos outras.

A racionalização dos custos, as metas, os parâmetros produtivos, indicadores de desempenho, mecanismos de controle, modelos de gestão, supervisão e parametrização do trabalho são compatíveis com a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão e com uma universidade socialmente referenciada e pensada a partir da comunidade? Essas expressões e, portanto, a lógica que está por trás delas estão presentes no contexto das universidades federais do Brasil de uma forma naturalizada e pouco refletida e podemos entendê-las como a antítese do princípio norteador da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão como foi pensado e conquistado no processo da Constituinte.

Tendo isso em vista, a extensão não é uma relação de única direção, da universidade para a sociedade, mas é fundamental que se estruture também na direção oposta. Entender o que a sociedade traz como demanda e como contribuição para a universidade alarga as fronteiras de contato desses dois campos. Em última instância, não há extensão que funcione sem que a universidade ouça a sociedade.



Entender a extensão como “prática” ou como “prestação de serviço” é muito limitador. Continua-se aplicando a ideia fragmentária, que coloca o processo educacional em compartimentos.

A associação entre ensino, pesquisa e extensão demanda um projeto institucional articulado com a comunidade. Além de um corpo docente, técnico e discente vinculado orgânica e ativamente ao projeto de uma universidade inclusiva. Isso implica pensar se a universidade é uma instituição social ou apenas administrativa, mais como um órgão do Estado. A resposta a isso tem implicações sobre a proposta de extensão a ser construída. E essa proposta precisa considerar que a universidade é um patrimônio da sociedade e não apenas de quem a compõe, acessa, frequenta e dirige.

Curricularização da extensão e o curso de Ciências Sociais

A curricularização da extensão surge como uma estratégia do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei 13.005/2014 (PNE 2014-2024) sendo posteriormente regulamentada pela Resolução CNE/CES 7/2018. A estratégia 12.7 do PNE compreende “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (Brasil, 2014).

Esta pode ser uma oportunidade para o avanço na construção de uma universidade socialmente referenciada ou apenas mais uma forma de parametrizar a prática educacional. A Resolução CNE/CES 7/2018 direciona as instituições para a primeira opção:

Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Brasil, 2018).

A gramática extensionista não está no cotidiano da maioria dos profissionais que atuam na educação superior no Brasil. O desafio da curricularização da extensão está em superar a tendência de fazer a transposição das métricas que já



consubstanciam a atuação no ensino e na pesquisa (avaliação, produtivismo, indicadores, desempenho) também para as práticas extensionistas.

Especificamente no campo das Ciências Sociais o desafio imposto é duplo, pois a sociedade é, além de referência para ações extensionistas, o próprio objeto de estudo dessa área do conhecimento. Cabe ao profissional de Ciências Sociais pensar tanto a universidade como o contexto social em que ela se insere.

Segundo Florestan Fernandes (1975), o conhecimento sobre Ciências Sociais é uma condição, em qualquer instância da vida social, para a orientação do comportamento humano e para a compreensão racional das relações entre meios e fins. Afirma ainda que, no Brasil, nenhuma instituição social havia se incumbido de uma educação para a cidadania democrática e entende que:

É sabido que o processo de desenvolvimento da consciência de afiliação nacional e das obrigações políticas resultantes tem sido prejudicado, no Brasil, pelas condições sociais em que se processaram a degradação do regime servil, a instauração da democracia pelo regime republicano e federativo, da formação de classes e organização dos partidos (Fernandes, 1975, p. 102).

Adicionalmente, chama a atenção para o fato de que o ensino, no Brasil, até a segunda metade do século XX elaborou uma noção de subordinação do Brasil às tidas como “nações cultas”, reforçando o sentimento colonialista e subalternizado. Os debates em torno do tema da educação na Constituinte (1987-1988) deram-se no sentido de mudar essa condição, inclusive com a participação relevante do próprio autor atuando na política institucional como deputado constituinte.

O papel da universidade pública no final do século XX e no século XXI com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é criar as condições para o enfrentamento do contexto de subalternidade imposto pelas elites à maioria da população brasileira.

Extensão e Comunicação Pública da Ciência

A Comunicação Pública da Ciência (CPC) tem se mostrado cada vez mais importante e urgente tendo em vista o contexto de disseminação de *fake news*, desinformação e negacionismo científico. O conceito de CPC se diferencia de outros, como divulgação científica ou jornalismo científico, pois parte do pressuposto de uma maior horizontalidade na relação entre os polos da comunicação. Abre-se a possibilidade para que a sociedade participe inclusive do processo de produção da



ciência e de construção coletiva do conhecimento através de uma comunicação multidirecional e aberta. Esse debate entre instituições do Estado e a sociedade é caracterizado como próprio das sociedades democráticas e capaz de estabelecer um diálogo sobre temas de interesse coletivo (Moser, 2022; Schwaickart, 2018).

De acordo com o artigo 37 da Constituição, a publicidade é um dos princípios que regem a administração pública devendo ter caráter educativo, informativo ou de orientação social. A universidade pública deve, portanto, obedecer a esse preceito e tornar-se um ambiente propício para a Comunicação Pública da Ciência.

A extensão universitária é um espaço privilegiado para a interação entre a comunidade científica e a sociedade no processo de coprodução do conhecimento. Através de atividades de extensão que partam do conceito de Comunicação Pública da Ciência pretende-se não apenas pensar numa comunicação eficaz da ciência e da tecnologia, mas em respaldar a sociedade na construção e defesa da democracia e na formação para o exercício da cidadania dentro e fora das universidades. Nesse sentido:

Fazer Comunicação Pública é assumir a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo, alterando seu eixo, tradicionalmente centrado no atendimento dos interesses da instituição e de seus gestores. Na Comunicação Pública o objetivo é o atendimento do interesse público e da sociedade, simbolizado pelo cidadão (Duarte, 2007a, p. 3).

Duarte assume que a comunicação de interesse público deve se sustentar em quatro pilares. O *primeiro* é o da transparência que trata de um compromisso ético com as questões públicas, em segundo lugar deve estar o *acesso*, que significa oferecer à sociedade facilidade na obtenção de informações de interesse público que capacitem para a reflexão e tomada de ação. Inclui pensar em formatos, linguagem, horários e mídias que permitam a participação adequada.

O terceiro pilar diz respeito à *interação*, criando mecanismos que tornem viáveis os fluxos de comunicação bi ou multilaterais, privilegiando o diálogo equilibrado em que todos podem falar e ser ouvidos. E por fim, funcionar como uma *ouvidoria social*, ou seja, ao conhecer e compreender o que pensa a sociedade, a instituição pública pode melhor atender às suas expectativas assumindo o compromisso de considerá-las na tomada de decisão (Duarte, 2007a; b).



O PET Ciências Sociais da UFU e seus caminhos para a Comunicação Pública da Ciência

Criado em 1979, com o nome Programa Especial de Treinamento (PET), o Programa vem em uma trajetória de amadurecimento e é, hoje, uma ferramenta fundamental para realização dos princípios estabelecidos na Constituição e, posteriormente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei 9.394/96), e para promover uma formação ampla e de qualidade ao desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão articuladamente e em relação com a comunidade interna e externa. Em 2004 o PET passou a ser chamado de Programa de Educação Tutorial e em 2005, o Programa foi regulamentado pelo governo federal através da lei 11.180 de 23 de setembro. Busca assim, proporcionar uma multiplicidade de experiências a petianos e petianas com o objetivo de contribuir para a formação acadêmica e para a cidadania dos integrantes do grupo e da sociedade (Brasil, 2006; UFU, 2024).

Segundo sua concepção filosófica, o PET parte do princípio que a ação em grupo desperta habilidades e compromissos fundamentais na formação da graduação. O trabalho em equipe, a responsabilidade coletiva e a atenção ao papel social da universidade e da educação para a cidadania são valores desenvolvidos no processo formativo dos grupos PET (Brasil, 2006).

De acordo com a Pró-Reitoria de Graduação da UFU, atualmente a instituição possui 41 grupos PET, sendo 19 vinculados diretamente ao MEC/SESu e 22 ligados ao Programa de Educação Tutorial Institucional (PET Institucional) criado em 2006 e regulamentado pela Resolução nº 28/2011 do Conselho de Graduação, de 15 de julho de 2011.

O Grupo PET Ciências Sociais encontra-se nesse segundo grupo e foi criado em 2006 a partir da aprovação de uma proposta que foi submetida ao Colegiado do Curso de Ciências Sociais e, posteriormente, ao Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação (CLAA) dos grupos PET na UFU. Desde seu início, o PET Ciências Sociais, atua na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, articulando como temática central “Cidadania, prática e direitos civis, políticos e sociais na ordem contemporânea”.

Sendo assim, a formação do espírito crítico e de consciência reflexiva passa por conhecer, compreender e intervir na realidade social em que vivemos. Desta maneira, as ações do PET Ciências Sociais visam conjugar diagnóstico, elaboração crítica e



fundamentada e debate aberto, equitativo e respeitoso buscando fornecer instrumentos com base na ciência para que todas as pessoas que participem possam refletir sobre assuntos de interesse coletivo. Com esse objetivo, uma das ações mais bem sucedidas do PET Ciências Sociais nos últimos anos é o “Café com Política”.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: CAFÉ COM POLÍTICA E A COMUNICAÇÃO PÚBLICA DA CIÊNCIA

O projeto “Café com Política” foi idealizado em 2018 por iniciativa da então tutora, Profa. Dra. Patrícia Vieira Trópia e do grupo de discentes do PET Ciências Sociais daquele momento. Percebendo uma diminuição do debate político na universidade desde o golpe parlamentar de 2016 e impulsionados por uma conjuntura de crise política e avanço da extrema direita o PET Ciências Sociais entendeu que era necessário que o tema da política fosse restaurado no debate público a partir da UFU: “como uma forma inclusive de resistência e defesa da universidade como um espaço de debate crítico” (Trópia, 2025, n.p.)³.

O evento ocorre majoritariamente de forma presencial, mas houve edições online, pelo canal “PET Ciências Sociais UFU” no Youtube⁴, especialmente no período de pandemia. Todas as edições são abertas e divulgadas amplamente por meios físicos, com folders e cartazes e pelas redes sociais, especialmente pelo *Instagram*⁵.

Pensando em proporcionar um ambiente mais descontraído e acolhedor, nas edições presenciais, são oferecidos café, pão de queijo, bolo, salgadinhos, etc.. Essa estrutura é particularmente desafiadora para o PET Ciências Sociais, pois por ser institucional e não vinculado ao MEC não dispõe de financiamento que possa ser alocado para esse fim. Para isso, os e as discentes lançam mão, durante o ano todo, de estratégias de arrecadação de recursos financeiros como rifas, feiras de livros, colaboração de outros PETs e doações.

Algumas edições foram realizadas em parceria com outros grupos da UFU⁶ cujo objetivo é concretizar a proposta interdisciplinar estabelecida pela Resolução CNE/CES 7/2018. Para que o diálogo da sociedade se efetive o “Café com Política”

³ Gostaríamos de agradecer à Profa. Dra. Patrícia Vieira Trópia tanto pela iniciativa do projeto “Café com Política” quanto pela colaboração para este artigo.

⁴ www.youtube.com/@petcienciasociaisufu6472

⁵ @petsociais, com 995 seguidores.

⁶ O PET Ciências Sociais já realizou atividades com o PET Letras, PET Economia, PET Telecom, PET Educomunicação, PET Engenharia Química, PET Agro, entre outros.



pauta-se pela necessidade, oportunidade, compromisso ético com questões públicas e fomento do pensamento crítico: “O objetivo do Café com Política é incentivar o debate e a reflexão crítica em torno de temas da conjuntura política nacional. [...] Ou seja, eram temas quentes da conjuntura” (Trópia, 2025, n.p.). Já foram objeto de discussão temas como: conjuntura política e econômica do Brasil, reforma da previdência, queimadas no Parque Estadual do Pau Furado e trabalho no contexto da pandemia.

O projeto ocorre durante o ano letivo com média de 3 edições por ano desde 2019, com exceção de 2023, ano em que o “Café com Política” não foi realizado em função da greve dos PETs Institucionais, que reivindicavam bolsas e financiamento em condições de igualdade com os PETs MEC/SESu⁷.

Nas 15 edições já realizadas, o público variou entre 20 e 60 pessoas naquelas que foram presenciais. Nos eventos online, a média de público foi de 124 pessoas. Embora as edições online alcancem um público maior devido à facilidade de acesso, dispensando o deslocamento, o PET Ciências Sociais privilegia a realização presencial que favorece o debate de ideias em igualdade de condições entre as pessoas que participam, além de um espaço mais descontraído proporcionado pelo momento do café.

Assim que se decide a temática da edição forma-se uma comissão de discentes do PET Ciências Sociais, caso o evento seja realizado em parceria com outro PET essa comissão é mista. Essa comissão pode se subdividir internamente e fica responsável por toda a organização que tem diversas etapas: convites, ajuste de agenda, reserva do espaço, abertura das inscrições, conteúdos gráficos, divulgação, organização da sala onde será realizado, estrutura de áudio e vídeo caso seja necessário, logística do café e lanche o que inclui arrecadação de recursos. Depois são responsáveis pela entrega do espaço em condições adequadas, pela lista de presentes com os dados necessários para confecção dos certificados de participação e por fim, pelo encaminhamento destes ao e-mail dos participantes.

Ao longo dos anos em que o evento vem sendo realizado, tanto integrantes do PET como a idealizadora do projeto destacaram o “Café com Política” sobre a reforma da previdência, que precisou ser realizado em duas edições. A primeira aconteceu no

⁷ Atualmente apenas as bolsas discentes estão equiparadas, no valor de R\$700,00. Os PETs Institucionais UFU não recebem verba de custeio e não são pagas bolsas de tutoria. Segundo o MEC: “O pagamento do custeio a cada grupo PET é calculado com base no valor pago à bolsa do discente multiplicado pela quantidade de bolsistas dentro do grupo”. Já a bolsa de tutoria é de R\$2.100,00 para mestres e R\$3.100,00 para doutores e doutoras (MEC, 2025 n.p.).



dia 10 de maio de 2019, no campus Santa Mônica da UFU, com a participação da Profa. Dra. Marisa Silva Amaral do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI/UFU), do estudante do curso de Ciências Sociais da UFU e membro do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Jairo Pereira, e do coordenador-geral do Sindicato dos Técnicos da UFU (Sintet-UFU), Mário Júnior.

O debate foi tão bem sucedido que a partir da provocação do então tutor do PET Odonto, Prof. Dr. Adriano Loylola, uma segunda versão do evento foi realizada no dia 20 de maio de 2019, no Campus Umuarama da UFU. Além do PET Odonto outros grupos PET juntaram-se para a organização: Educação, Biologia, Economia, Geografia, Agronomia, Zootecnia e Medicina Veterinária.

Nesse momento, foram convidados para conduzir a discussão a Profa. Dra. Marisa Amaral e Jairo Pereira, que já tinham participado do primeiro evento, e o advogado da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia (ADUFU) Dr. José Carlos Muniz Filho. Demonstrando assim, a repercussão, alcance e integração que o projeto “Café com Política” obteve ao longo de sua existência.

Como veremos a seguir, o projeto continua abordando diferentes temas relevantes do contexto político com alcance significativo, fomentando diálogos de interesse da sociedade na defesa da universidade, do conhecimento científico e da educação para a cidadania.

Edições do Projeto Café com Política

Serão apresentadas, sinteticamente, 4 edições do projeto como forma de ilustrar a sua dinâmica, estrutura, temáticas, alcance e particularidades. A intenção é que o relato dessas experiências possa contribuir para pensarmos as potências e fragilidades das atividades extensionistas, principalmente aquelas idealizadas na lógica da Comunicação Pública da Ciência. O relato das edições foi organizado de forma cronológica e o critério de seleção levou em conta a representatividade do projeto, de acordo com o grupo PET Ciências Sociais. Além disso, foram selecionadas duas edições realizadas durante o isolamento social e duas depois deste com o objetivo de demonstrar como o projeto consegue se adaptar a diferentes contextos.

O trabalho informal no contexto da pandemia do Coronavírus (2020)

Em 18 de novembro de 2020, em uma das edições do evento, a discussão versou sobre a temática: *O trabalho informal no contexto da pandemia do Coronavírus.*



Seguindo os moldes já adotados pelo grupo, o debate buscou analisar o crescimento da informalidade no Brasil e seus desdobramentos históricos, reafirmando o compromisso do PET Ciências Sociais com os pilares da formação crítica fomentada pela extensão universitária. A edição aconteceu no primeiro ano da pandemia de COVID-19 e, por isso, foi realizada por meio de uma *live*, via plataforma *Streamyard*, transmitida pelo canal Youtube do PET Ciências Sociais UFU.

A sessão contou com a participação do docente convidado Prof. Dr. Pedro Henrique Evangelista Duarte (UFG) e foi conduzida pela então tutora Profa. Dra. Patrícia Vieira Trópia (INCIS/UFU). O debate contou com a exposição de dados estatísticos sobre o mercado de trabalho brasileiro e aprofundou a discussão teórica sobre o conceito de informalidade, fenômeno que foi potencializado pela crise sanitária. A mediação dessa edição foi feita pela discente petiana Luciana Martins. Cabe ressaltar o caráter pedagógico dessa atribuição no desenvolvimento da capacidade de comunicação e organização na coordenação do debate. A responsabilidade técnica pela retransmissão e registro audiovisual também coube aos e às integrantes do grupo PET.

Figura 1 - Imagem de abertura da live



Fonte: Autores (2020)

Por fim, a atividade cumpriu seu papel de extensão ao atrair uma participação expressiva do público-alvo esperado (foram 92 ouvintes ao longo da transmissão), promovendo a elucidação de um cenário econômico complexo que afetou diretamente estudantes e trabalhadores. O registro da atividade permanece disponível como material de consulta pública, perpetuando o impacto da discussão para além do momento síncrono. Atividades como essa, em um contexto tão específico, foram de extrema importância para a conscientização da população sobre como diferentes

realidades foram afetadas de formas diversas pelo isolamento social e pelo desamparo por parte do Estado.

Fake news e a construção do ódio direcionado à política brasileira (2021)

Em 26 de março de 2021, ainda sob os impactos da pandemia de Covid-19 e das restrições sanitárias impostas ao convívio presencial, o grupo realizou a edição intitulada *Fake news e a construção do ódio direcionado à política brasileira* de forma totalmente remota, o que reafirmou a responsabilidade da universidade em manter espaços de formação crítica mesmo em condições adversas. Nesse debate sobre a função social da universidade pública e a centralidade da extensão como eixo estruturante do tripé constitucional, a experiência do “Café com Política”, desenvolvido pelo PET Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, aparece como um exemplo significativo de ação extensionista comprometida com a democratização do conhecimento mesmo em períodos de crise.

A atividade, transmitida via Streamyard e disponibilizada no YouTube do PET Ciências Sociais, alcançou 144 visualizações e reuniu estudantes, docentes, técnicos e trabalhadores da comunidade interna e externa à universidade. A opção pela transmissão online não representou apenas uma solução emergencial, mas uma reafirmação do compromisso do grupo com a comunicação pública da ciência, especialmente em um momento marcado pela proliferação de desinformação e pelo recrudescimento do discurso de ódio na esfera pública.

O evento contou com as professoras Dra. Lara Roberta Rodrigues Facioli (FURG) e Dra. Eliane Soares (UFU), que discutiram os efeitos das *fake news* sobre a vida democrática do país, um tema que se tornou mais urgente no contexto pandêmico, quando a circulação massiva de conteúdos falsos impactou diretamente políticas públicas e percepções sociais.



Figura 2 - Peça de divulgação



Fonte: Autores (2021)

Mesmo realizado remotamente, o “Café com Política” preservou a estrutura participativa que caracteriza as ações do PET. A organização e mediação do evento, foram conduzidas por petianos, assim como a divulgação pelas redes sociais. Houve interação constante com o público por meio dos comentários do YouTube, além da emissão de certificados. Desse modo, demonstrou como a extensão universitária pode, e deve, reinventar-se para seguir cumprindo sua função constitucional de articular ensino e pesquisa às demandas sociais, promovendo diálogo, crítica e formação cidadã.

Em um cenário de fragilização das instituições e de ataques constantes ao conhecimento científico, iniciativas como esta reforçam o papel da universidade pública como espaço de produção de debate qualificado, socialmente referenciado e comprometido com a democracia.

Ao final das apresentações das convidadas o debate foi aberto através de perguntas e manifestações no chat do Youtube que eram organizadas e lidas pela mediadora. Devido a limitações do formato online não foi possível que a palavra fosse aberta a todas as pessoas que desejassem, mas fez-se um esforço para que as observações enviadas por escrito tivessem espaço no debate.

Ações Afirmativas: Diálogo sobre a política de cotas e a importância da comissão de heteroidentificação (2022)

Outra atividade realizada pelo PET foi *Ações Afirmativas: Diálogo sobre a política de cotas e a importância da comissão de heteroidentificação*, realizado em 8 de dezembro de 2022. A atividade teve como foco, além do ensino, debater estratégias para a redução da evasão e a divulgação de informações à sociedade sobre as políticas de ação afirmativa.



Figura 3 - Peça de divulgação do evento

Fonte: Autores (2022)

Esse evento contou com a colaboração do PET Engenharia de Telecomunicações, tendo como principal público-alvo discentes da universidade, estudantes do ensino médio, docentes e técnicos administrativos.

Assim, levando em consideração que as ações afirmativas são políticas sociais de combate às desigualdades sociais e raciais, a Lei nº 12.711/2012, a chamada Lei de Cotas, garantia que 50% das vagas nas universidades federais seriam reservadas a estudantes oriundos das escolas públicas, de famílias com renda per capita de até um salário mínimo e meio, pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência⁸.

A lei configura-se como uma política pública de ação afirmativa que serve para garantir o acesso à educação, minimizando as desigualdades de oportunidade a grupos que estiveram historicamente marginalizados. Por completar, no ano de 2022, 10 anos de sua regulamentação, o PET percebeu a importância de discutir o tema, além de explicar como funcionavam as comissões de heteroidentificação na UFU.

A mediação do debate foi realizada pela petiana Maria Eduarda Martins Oliveira e as convidadas para falar a respeito do tema foram a Profa. Dra. Daniela Crosara, docente do curso de Direito da UFU, e a discente Yana Passos Martins, do curso de Ciências Sociais da UFU e pesquisadora do NEAB (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros). Ambas debateram sobre as ações afirmativas, leis de cotas e os métodos utilizados nas bancas de heteroidentificação.

⁸ A lei de cotas foi atualizada em 2023 e alguns desses critérios foram ligeiramente modificados. Para mais ver: www.gov.br/mec/pt-br/lei-de-cotas

Dessa forma, esta atividade colaborou com a interação entre 2 PETs de áreas distintas, com público médio de 15 pessoas, a maioria estudantes da UFU. O evento foi bem sucedido no sentido de fazer com que estudantes que não tinham proximidade com o assunto se informassem melhor sobre a história do Brasil e a realidade atual em relação às políticas públicas voltadas à diminuição das desigualdades sociais e raciais.

Como é tradicional, a palavra foi franqueada a todas as pessoas presentes e o debate transcorreu de forma tranquila e horizontal. Como o tema requer certo conhecimento técnico, devido à forma como as políticas são estabelecidas na legislação, as dúvidas do público foram respondidas.

Chacina no Rio de Janeiro (2025)

No dia 5 de novembro de 2025, o tema do “Café com Política” foi a Chacina no Rio de Janeiro, em referência à *Operação Contenção* realizada no dia 28 de outubro de 2025 nos complexos do Alemão e da Penha. A operação foi comandada pelo governador do estado, Cláudio Bomfim de Castro e Silva, sob a justificativa de contenção da expansão do Comando Vermelho naquele território. Essa operação, que identificamos como chacina, gerou debates e sentimentos polarizados nacional e internacionalmente, tendo deixado mais de 120 mortos e duas comunidades mergulhadas em um trauma contínuo.

Figura 4 - Público presente no evento e estudante fazendo uma pergunta, à direita na imagem



Fonte: Autores (2022)



Figura 5 - Peça de divulgação e mesa do evento. Profa. Dra. Patrícia Vieira Trópia e Profa Dra. Débora Regina Pastana



Fonte: Autores (2025)

O PET Sociais, por meio da comissão organizadora, propôs a discussão, com respeito e responsabilidade, em relação às comunidades periféricas fluminenses submetidas à violência e ao medo. Buscou-se com isso, refletir como uma operação rotulada de “enfrentamento ao crime” representa, em seu cerne, uma política de morte contra comunidades majoritariamente não brancas, pobres e periféricas.

Para auxiliar na fundamentação da conversa, foram convidadas para compor a mesa do evento, duas professoras do Instituto de Ciências Sociais da UFU: Dra. Débora Regina Pastana (expositora) e Dra. Patrícia Vieira Trópia (comentadora). A conversa foi enriquecedora e gerou significativos questionamentos do público presente, todos respondidos e comentados pelas professoras convidadas.

O evento foi dividido em três blocos: apresentação geral do ocorrido no Rio de Janeiro no dia 28 de outubro, debate sobre a chacina e lanche coletivo. No total, tivemos 78 inscrições, com o comparecimento de 45 pessoas. Das pessoas inscritas, 88,5% eram estudantes da UFU enquanto 11,5% não estavam matriculados na universidade. Essa edição contou com uma pesquisa, feita no momento da inscrição online, que revelou ainda que 41% dos inscritos descobriram sobre o evento pelo *Instagram* do PET Sociais, 35,9% souberam por mensagem no *WhatsApp* e 23,1% através de pessoas conhecidas. Isso reforça a ideia de que os meios digitais de divulgação têm sido os mais eficientes, mesmo que ainda precisam ser aprimorados, assim como a necessidade do reforço da comunicação por outros meios.



Figura 6 - Público presente

Fonte: Autores (2025)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do projeto “Café com Política”, desenvolvido pelo PET Ciências Sociais da UFU, permite reconhecê-lo como uma experiência relevante de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, orientada pelos pressupostos da Comunicação Pública da Ciência e pelo compromisso com a educação para a cidadania. Buscou-se demonstrar que a iniciativa ultrapassa a concepção da extensão como prestação de serviços ou difusão unidirecional do conhecimento, consolidando-se como um espaço de diálogo e reflexão crítica sobre temas de interesse da sociedade.

A partir de uma avaliação da prática extensionista considerando os pilares da Comunicação Pública da Ciência propostos por Duarte (2007a; b) o “Café com Política” pode ser considerado bem-sucedido. Entretanto, o reconhecimento de suas potencialidades requer uma análise crítica de seus limites e desafios.

No que se refere ao pilar da *transparência*, o projeto demonstra compromisso com as questões públicas ao selecionar temáticas diretamente relacionadas à conjuntura política e social brasileira, frequentemente marcadas por conflitos, desigualdades e disputas de direitos. Ainda assim, poderia ser aprofundada com mecanismos mais explícitos de incorporação das demandas sociais na definição das pautas.

O pilar do *acesso* revela-se um dos campos mais desafiadores. Apesar de o “Café com Política” ser uma atividade gratuita, aberta ao público e, em determinados períodos, ter utilizado meios digitais que ampliaram seu alcance, observa-se que a



participação permanece majoritariamente concentrada na comunidade universitária. Tal fato evidencia a persistência de barreiras comunicacionais e territoriais que prejudicam a efetiva aproximação com públicos externos à universidade. Os muros materiais e simbólicos continuam difíceis de transpor. As limitações relacionadas aos meios de divulgação, ancorados nas redes sociais e nos circuitos acadêmicos, bem como a adoção de formatos e linguagens ainda próximas à comunidade universitária, indicam a necessidade de diversificar estratégias comunicacionais. A busca por alternativas como cartazes em escolas, panfletagem em espaços comunitários, uso de mídias locais e o fortalecimento de parcerias com instituições como ONGs, escolas e movimentos sociais apresenta-se como um desafio central para a ampliação do acesso e da capilaridade social do projeto. A efetivação desse pilar mostra-se desafiadora seja por limitações de tempo, recursos, seja pela própria dinâmica burocrática da universidade.

No que diz respeito à *interação*, o “Café com Política” apresenta avanços significativos. O formato dos encontros, pautado pela horizontalidade, pelo diálogo aberto e pela valorização da participação do público, aproxima-se de maneira consistente do ideal de comunicação bidirecional ou multidirecional defendido pela CPC. Tanto nas edições presenciais quanto nas remotas, há um esforço explícito para garantir que diferentes vozes sejam ouvidas e que o debate ocorra em condições de respeito e equilíbrio. Ainda que haja esse esforço, parte das discussões permanece ancorada em referências, conceitos e modos de exposição mais próximos do universo acadêmico do que do cotidiano da sociedade em geral.

Por fim, o pilar da *ouvidoria social*, entendido como a capacidade de escutar a sociedade e incorporar suas demandas nos processos de decisão, constitui-se como o aspecto mais incipiente do projeto. Mesmo que os encontros criem espaços de escuta e manifestação do público, a ausência de mecanismos sistemáticos e permanentes de avaliação, devolutiva e acompanhamento das demandas limita a possibilidade de transformar essa interação em orientações estruturantes para o projeto. Avançar nesse pilar implica não apenas ouvir, mas assumir o compromisso institucional de considerar essas contribuições na definição de temas, formatos, linguagens e parcerias.

Um desafio estrutural, conectado aos quatro pilares expostos, é a escassez de recursos financeiros. Por se tratar de um PET Institucional, o grupo não dispõe de financiamento regular destinado às suas atividades, impondo limites significativos à organização dos eventos. A manutenção do caráter acolhedor do projeto —simbolizado,



inclusive, pelo momento do café coletivo — depende de estratégias informais e precárias de arrecadação de recursos, como rifas, feiras e doações. Tal situação revela uma contradição entre os marcos legais da educação superior, o discurso institucional de valorização da extensão e dos PETs e as condições materiais efetivamente oferecidas. Evidencia também uma desigualdade de condições de atuação dos grupos institucionais (UFU) e dos vinculados ao MEC, considerando que as exigências tanto em relação à tutoria quanto às e aos discentes são as mesmas.

Apesar desses limites, o “Café com Política” configura-se como uma experiência significativa de extensão universitária orientada pelos valores da Comunicação Pública da Ciência e comprometida com os valores democráticos, com a formação crítica e com a função social da universidade pública. As contradições e desafios, não são meramente operacionais, elas expressam disputas políticas mais amplas sobre o sentido da participação, da democracia e do papel do Estado. Essas dificuldades revelam como iniciativas extensionistas comprometidas com o interesse público operam em um contexto marcado pela confluência perversa entre projetos democratizantes e racionalidades neoliberais, que tendem a esvaziar práticas participativas ao mesmo tempo em que mantêm seu discurso.

Assim, a experiência analisada não apenas contribui para a reflexão sobre a Comunicação Pública da Ciência e a curricularização da extensão, mas também oferece subsídios concretos para refletir sobre ambas como um campo em permanente construção e disputa.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Eduardo Diatahy. Sobre a neutralidade das ciências. **Revista de Ciências Sociais**: RCS, 9, n. 1, p. 15-40, 1978. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/10540/1/1978_art_edbezerrademenezes.pdf. Acesso em: 11 dez. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Senado Federal, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 02 dez. 2025.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. 2014. Edições Câmara, Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 3 dez. 2025.



BRASIL. **Programa de Educação Tutorial PET. Manual de orientações básicas.** 2006. Ministério da Educação. MEC-SESu-DEPEM, Brasília. Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/institucional/pro-reitorias/ensino/programas-e-projetos/programa-de-educacao-tutorial/legislacao/manual-de-orientacoes-basicas-pet.pdf/view>. Acesso em: 3 dez. 2025.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** 2018. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior, Brasília. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/KujrwoTZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 3 dez. 2025.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo:** a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

BROWN, Wendy. **Undoing the demos:** Neoliberalism's stealth revolution. New York: Zone Books.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, 2004; 5 (10), pp.139-164. Disponível em: <https://scispace.com/pdf/artigo-construcao-democratica-neoliberalismo-e-participacao-5c64ou1j8i.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo editorial, 2017.

DUARTE, Jorge. Comunicação Pública. In: LOPES, B. (Ed.). **Gestão da Comunicação Empresarial: teoria e técnica.** São Paulo: Mauad, 2007a.

DUARTE, Jorge. Instrumentos de Comunicação Pública. In: DUARTE, J. (Ed.). **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público.** São Paulo: Atlas, 2007b.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional.** São Paulo: Cortez Editora, 1989.

FERNANDES, Florestan. O ensino da Sociologia na escola secundária brasileira. Originalmente publicado nos Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia, 21-27 de junho de 1954, em São Paulo. In: FERNANDES, Florestan (Ed.). **A Sociologia no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1975.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Política Nacional de Extensão. Manaus, 2012.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, 30, n. 106, p. 15-35, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RKsKcwFYc6QVFBHy4nvJzHt/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 11/12/2025.



MEC orienta sobre custeio do PET em transmissão. Ministério da Educação, 12 ago. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/agosto/mec-orienta-sobre-custeio-do-pet-em-transmissao>. Acesso em: 12 dez. 2025.

MOSER, Laís Campos. **Comunicação e universidades: a comunicação pública da ciência e a divulgação científica em universidades públicas do Sul do Brasil**. Orientador: KUNSCH, Maria Margarida Krohling. 2022. 222 f. (Dissertação de Mestrado) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27164/tde-12012023-121700/publico/LaisCamposMoserVC.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2025.

SCHWAICKARDT, Heloir Cristinao. **Um estudo sobre a comunicação pública da ciência nas ações do Pint of Science em Uberlândia no ano de 2018**. Orientador: ARAÚJO, Marcelo Marques e SANTOS, Adriana Omena. 2018. 63 f. (Monografia de Conclusão do Curso de Jornalismo) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/23913/3/EstudoComunica%c3%a7%c3%a3oP%c3%bablica.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2025.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. [e-mail]. Entrevista concedida a Nayara Francesquini Matheus. Uberlândia, 11 dez. 2025. Acesso em 12 dez. 2025.

UFU. **Manual de Regulamentação dos Grupos PET MEC e PET Institucional da UFU**. 2024. Universidade Federal de Uberlândia. Pró-Reitoria de Graduação, Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação (CLAA), Uberlândia. Disponível em: https://prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/media/documento/manual_pet_u_f_u_-_versao_2024_o.pdf. Acesso em: 3 dez. 2025.

